



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681064 - CE (2021/0224465-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : GIANVITTO PEREIRA DE SOUZA
ADVOGADO : GIANVITTO PEREIRA DE SOUZA - CE023745
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : LUCAS MENDES FERREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCAS MENDES FERREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (HC n. 0623295-43.2021.8.06.0000).

O paciente foi preso em flagrante delito pela suposta prática do crime previsto no art. 2º, §§ 2º e 3º, da Lei n. 12.850/2013. A custódia foi convertida em preventiva.

O impetrante sustenta o excesso de prazo da custódia cautelar, aduzindo que o acusado encontra-se preso há quase 5 meses sem que tenha ocorrido a realização da audiência de instrução e julgamento, sendo devida, portanto, a revogação da segregação cautelar.

Assevera que não houve a revisão da prisão preventiva no prazo máximo de 90 dias, conforme determina o art. 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente, a substituição da custódia preventiva por medidas alternativas, a fim de que possa responder ao processo em liberdade ou, subsidiariamente, a reavaliação da necessidade da prisão cautelar. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva ou convertida em medidas alternativas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria de fundo não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO

DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente